



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Adriana Suzart de Pádua¹
Suzeley Kalil Mathias²

RESUMO

O Observatório de Política Exterior, projeto de extensão universitária desenvolvido na Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", *campus* Franca, por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais, tem por objetivo disseminar informação sobre política externa a fim de fornecer dados que subsidiem decisões em políticas públicas, pesquisas acadêmicas e formação de alunos do referido curso ou interessados no assunto. Para tanto, utiliza-se de jornais de grande circulação como fonte de pesquisa na elaboração de informes dos mais variados teores sobre política externa. Tais informes são distribuídos por meio eletrônico aos seus assinantes e disponibilizados em sítios na internet para o acesso do público em geral.

Palavras-Chaves: Política Externa. Divulgação Científica. Extensão Universitária.

BRAZILIAN FOREIGN POLICY NEWS

ABSTRACT

Foreign Policy News is a project developed at "Julio de Mesquita Filho" - São Paulo State University at Franca campus. It is made for International Relations undergraduate students and it aims at spreading information about foreign policy for decision makers, academic researches and training students. In order to achieve its aims, they use large-circulation newspapers as a source of research for the preparation of reports from many different levels on foreign policy. These reports are sent to subscribers and post on websites.

Key words: foreign policy; scientific information; university social arm.

OBSERVATORIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEÑA

RESUMEN

El Observatorio de Política Exterior es un proyecto de la Universidad Estadual Paulista, Campus de Franca, desarrollado por estudiantes de grado y post-graduação en Relaciones Internacionales. El OPEX tiene como objetivo difundir informaciones respecto a políticas externas con el objetivo de suministrar datos que den subsidios a políticas públicas, investigaciones académicas, formación de estudiantes de grado en relaciones internacionales y público en general. Para eso se hace uso de los grandes diarios y se

¹Mestranda em História. Departamento de História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Franca. Universidade Estadual Paulista - UNESP.

²Professora livre-docente. Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Franca. Universidade Estadual Paulista - UNESP.



hacen informes que se distribuyen electronicamente a los suscriptores y estan disponible en sitio de la web.

Palabras clave: Política Exterior; Difusión Científica; Extensión Universitaria.

INTRODUÇÃO

O estudo das Relações Internacionais, área que começou a tomar corpo na academia brasileira a partir de 1974 com a criação do primeiro curso de graduação pela Universidade de Brasília (UnB), experimentou uma expansão a partir da década de 1990. Dados de 2008, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que no Brasil já são 85 os cursos de graduação nas Relações Internacionais, reconhecidos pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) ([INEP, 2008, on-line](#)).

Tal ampliação, segundo [Miyamoto \(2003, p. 104\)](#), deve-se à nova dinâmica que a globalização imprimiu ao sistema internacional. A informação passou a fluir mais rapidamente, as fronteiras se tornaram mais permeáveis e as distâncias mais curtas, fatores que propiciaram uma mudança na configuração da sociedade internacional com a formação de megablocos, aumento da interdependência econômica e intercâmbios em todos os planos, inclusive culturais e sociais, que precisava ser melhor entendida.

Este novo cenário acabou por despertar a intelectualidade brasileira para o debate sobre a situação do país diante dessas novas inflexões. Temas como integração regional, cooperação e segurança nos níveis regional e internacional, estruturação de regimes internacionais em áreas como clima, meio-ambiente, proteção internacional dos direitos humanos e política econômica, entre outros, passaram a fazer parte de uma agenda crescentemente complexa, afetando diretamente países como o Brasil e levando à necessidade de elaboração de teorias que tornassem possível uma compreensão maior desse novo quadro que se apresentava ([LESSA, 2006, on-line](#)).

Em virtude desses fatores e da relevância que o Brasil começa a adquirir no cenário internacional a partir da década de 1990, a política externa brasileira passa a se destacar como um importante objeto de estudo no âmbito das Relações Internacionais. Amado Cervo, em seu livro *Inserção Internacional: a Formação dos Conceitos Brasileiros*, salienta que teorias pretensamente universalizantes, elaboradas por países de maior tradição no estudo das Relações Internacionais, estão impregnadas de valores e têm como alvo, ainda que tentem ser objetivas, a defesa dos interesses de seus Estados nacionais. Este talvez seja o principal motivo pelo qual o autor defenda a produção de conhecimento autóctone na área, visto que esta contribui para uma melhor compreensão do papel do Brasil no cenário internacional, principalmente porque é uma importante ferramenta para a elaboração de políticas públicas, uma vez que auxilia na tomada de decisões, a partir de uma realidade própria e considerando os interesses brasileiros ([JULIÃO, 2009, p.8](#)).

Para tanto, [Vizentini \(2005, p. 30\)](#) é categórico ao afirmar que é imprescindível a formação de especialistas em análise de política externa nacional e de países e regiões



com os quais o Brasil se relacione, para que se possam conhecer profundamente os demais atores internacionais a partir de uma visão própria. Sem essa visão, o país dificilmente sairia de uma posição subordinada (subserviente, nas palavras do nosso chanceler Celso Amorim) para assumir o protagonismo que lhe corresponde, que se lhe cobram.

Um indicativo da veracidade dessa afirmação é o fato de que boa parte da produção intelectual sobre Relações Internacionais, nas décadas de 1980 e 1990, foi gerada no âmbito do Instituto Rio Branco e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), ambos ligados ao Ministério das Relações Exteriores, preenchendo assim importantes lacunas nesse campo de estudo. Vizontini lembra que o Itamaraty, por meio de apoio recebido por instituições como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e outros financiadores, fomentou e articulou a produção acadêmica na área de Relações Internacionais do Brasil. Tal parceria mostra a estreita relação entre diplomacia oficial e a academia, na produção de um pensamento brasileiro na área ([VIZENTINI, 2005, p. 21](#)).

O surgimento de periódicos brasileiros organizados por grupos acadêmicos dedicados ao estudo dos mais diversos segmentos das Relações Internacionais a partir de meados da década de 1980, bem como o maior emprego da Internet como veiculadora de informação sobre os mais variados assuntos, abriu novo espaço para a divulgação do pensamento nacional e autônomo nessa matéria. Até então, só era possível encontrar textos de Relações Internacionais publicados em jornais diários, mas sem cadernos ou em colunas especiais ([VIZENTINI, 2005, p. 22](#)).

Em contrapartida, a fim de disponibilizar obras clássicas da área das Relações Internacionais encontradas apenas em língua estrangeira, principalmente inglês, espanhol e francês, a Editora da Universidade de Brasília traduziu diversos trabalhos, na década de 1980 e, apontando para a importância que a área adquiria, tais livros se esgotaram rapidamente.

Diante desse quadro, verificou-se uma lacuna que poderia ser preenchida por um periódico que tivesse como objetivo reunir, em um único documento, as notícias de política externa veiculadas em grandes jornais nacionais a fim de manter decisores, acadêmicos dedicados à pesquisa desse segmento e discentes dos cursos e programas em Relações Internacionais e áreas afins informados das mais recentes atividades e ações do governo neste setor. Foi para preencher essa lacuna que se produziu, em abril de 2004, o primeiro informe semanal de política externa brasileira que faz parte do Projeto de Extensão Universitária realizado no campus da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", em Franca, denominado Observatório de Política Exterior (OPEX), sob a coordenação da Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias e vinculado ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional – GEDES.

Observatório de Política Exterior: Um Projeto de Extensão Universitária



Em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas definiu extensão como “Processo Educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”. Desde então, esse conceito tem evoluído de um processo meramente assistencialista, no qual a Universidade procurava atender às necessidades da sociedade com o resultado das pesquisas que desenvolvia para um processo de interação, no qual a Universidade abre espaço para a discussão e a criação de soluções para situações-problema detectados na sociedade e demandas por ela.

Em 2000, a UNESP iniciou a estruturação de sua Extensão Universitária com a elaboração da Resolução UNESP 102/00 que adotou como ponto de partida o mesmo conceito de extensão definido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Em seu artigo primeiro, a resolução da UNESP estabelece:

Considera-se que a extensão:

I- representa um trabalho com o qual a relação escola-professor-aluno-sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e complementaridade;

II- constitui um veículo de comunicação permanente com os outros setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada;

III- é um meio de formar profissionais-cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às questões da sociedade;

IV- é uma alternativa de produção de conhecimento, de aprendizado mútuo e de realização de ações simultaneamente transformadoras entre universidade e sociedade;

V- favorece a renovação e a ampliação do conceito de “sala de aula”, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca de alunos, professores e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora da Universidade ([GUIA](#), 2007, p. 21).

Segundo a mesma resolução, as atividades extensionistas poderão alcançar toda a comunidade ou parte dela e devem ter como finalidade a socialização e o compartilhamento do conhecimento já sistematizado pelo saber humano e o produzido pela Universidade, bem como contribuir para o desenvolvimento de toda a sociedade ou de seus segmentos (art. 3). Para tanto, essas atividades, de caráter educativo que poderão ser viabilizadas por meio de programas, subprogramas, projetos e atividades, inseridos em áreas temáticas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), em consonância com as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária (art. 8), deverão tornar as pessoas aptas a utilizarem os conhecimentos compartilhados em suas próprias situações de vida.

Segundo a UNESP, um projeto é considerado de extensão universitária quando constitui um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico, que envolva docentes, pesquisadores, discentes (bolsistas ou voluntários) e

servidores técnico administrativos, desenvolvidas junto à comunidade, com prazo mínimo de duração de 01 (um) ano, mediante ações sistematizadas.

Em 2004, a Resolução UNESP 53/04 (GUÍA, 2007, p. 28) estabeleceu que as atividades de extensão, fossem elas educação continuada, eventos técnico-científicos, eventos artístico-culturais, prestação de serviços ou publicações e produtos acadêmicos, deveriam estar contidas nas seguintes áreas: Ciências Agrárias e Veterinárias, Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho, Espaços Construídos, e Política e Economia.

Diante dessa normatização, o *Observatório de Política Exterior* se caracteriza como um projeto de extensão na medida em que atende aos três primeiros requisitos apresentados na Resolução UNESP 102/00, ou seja:

I- Representa um trabalho no qual a relação escola (Universidade)-professor-aluno-sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e complementaridade, visto que na ausência de um dos atores o *Observatório Política Exterior* não se realiza ou não atinge seu objetivo, que é informar a respeito da política externa;

II- Constitui um veículo de comunicação permanente com os outros setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada. Desde 2004, quando foi criado, o *Observatório de Política Exterior* vem mantendo sua periodicidade semanal, levando informação atualizada sobre política externa tanto brasileira como a de seus parceiros internacionais, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, ao público alvo ao qual se destina: decisores, acadêmicos dedicados ao estudo das Relações Internacionais, mais especificamente à política externa, e a estudantes de Relações Internacionais e áreas afins;

III- É um meio de formar profissionais-cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às questões da sociedade. Como mencionado na introdução deste trabalho, o mercado de trabalho demanda profissionais que sejam capazes de fazer análises das diversas realidades internacionais a fim de dimensionar as ações de política externa brasileira de acordo com seus interesses nacionais. Para tanto, é preciso ter acesso à informação atualizada para que se possa desenvolver um olhar crítico e analítico. O *Observatório de Política Exterior*, utilizando-se de critérios teórico-científicos reúne em seus informes, notícias e dados sobre política externa fornecidos pelos jornais diários. Tais dados e notícias auxiliam na produção acadêmico-científica da área de Relações Internacionais e afins, além de dar subsídios aos analistas de política externa para preverem cenários e orientarem as ações governamentais em prol da defesa dos interesses nacionais.

Todas essas características permitem localizar o *Observatório de Política Exterior* na grande área da Política, dentre aquelas estabelecidas pela UNESP e mais especificamente na área temática de comunicação, uma vez que é um veículo de comunicação social escrita e eletrônica e que contribui para a capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de Políticas Públicas. Além disso, por contar com parceiros internacionais que desenvolvem o mesmo projeto e com a mesma metodologia,



promove a Cooperação Interinstitucional e Internacional na área de relações Internacionais ([GUIA, 2007, p. 31](#)).

Além das grandes áreas e das áreas temáticas, a UNESP, para melhor sistematizar a classificação de seus projetos de extensão, criou 50 linhas programáticas dentre as quais o *Observatório de Política Exterior* se insere na linha de Comunicação Escrita e Eletrônica, que se destina à disseminação da informação e de pesquisa, utilizando veículos de comunicação escrita e eletrônica, visto que os informes são enviados aos assinantes por meio de mensagens eletrônicas para subscritores e são disponibilizados no sítio do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES – www.gedes.org.br), grupo de pesquisa ao qual está vinculado, além de outros espalhados pela América Latina; e na linha de Cooperação Internacional promotora da articulação e das ações que possibilitam a inter-relação entre a universidade e a comunidade mundial, uma vez que o *Observatório de Política Exterior* conta com parceiros internacionais, mais especificamente os países do Cone Sul, vizinhos do Brasil, que realizam o mesmo projeto usando a mesma metodologia.

Deve-se, porém, considerar que o OPEX não é apenas um projeto de extensão, mas também constitui um instrumento de pesquisa (uma técnica) e até mesmo uma pesquisa aplicada, isto é, ele gera conhecimento ao mesmo tempo que constrói um produto (os diferentes informes). Neste sentido, ele completa todo o ciclo que objetiva a Universidade pública: cria conhecimento, promove a profissionalização e interage com a sociedade informando-a sobre o conhecimento gerado.

METODOLOGIA

Antecedentes

Diferente dos países centrais e de democracia desenvolvida, os estudos relacionados com questões estratégicas, que envolvem políticas de defesa e de segurança dos Estados, sempre foram encarados como tabu pelas sociedades das nações ao sul do Rio Grande, à semelhança de seus colonizadores Ibéricos que até recentemente mantinham a mesma distância de temas relacionados com defesa e forças armadas. No caso da América do Sul, a ausência de reflexão acadêmica sobre tais questões estratégicas são notórias e históricas. Talvez este desconhecimento e conseqüente desinteresse da sociedade por estes temas encontrem explicação na atitude paternalista das elites políticas apossadas do poder do Estado de maneira patrimonial, desde as lutas pela Independência. Essas lutas selaram pactos (normalmente tácitos) entre as elites econômicas e políticas e os setores militares, pelos quais estes conservaram a prerrogativa de definir o “interesse nacional” e, em última instância, “ameaças” e “inimigos”, deixando as sucessões de governo e as influências econômicas nas mãos dos civis, sob a tutela mais ou menos explícita daqueles grupos castrenses.

Outro aspecto que ajuda a compreender o divórcio entre a sociedade civil e os estudos estratégicos é constituído pelos reiterados Golpes de Estado que, como uma epidemia, abateram-se sobre o continente americano, caracterizando uma divisão social



aparentemente intransponível entre civis e militares. Isto justificou e garantiu pretorianamente a hegemonia destes últimos, já como parte social (e em alguns casos como partido), sobre a definição do destino das nações ([ROUQUIÉ, s/d](#)), baseado na sua pretendida infalibilidade moral para preservar os valores pátrios.

Por não dedicar seus estudos aos temas “de moda”, aqueles que se dedicam ao estudo dos assuntos da defesa e da segurança internacionais tendem a se conhecer e trabalhar juntos, alguns mais interessados em assuntos de defesa e política externa, outros pelo comportamento dos diferentes atores na edificação de nossas recentes democracias. Foi assim que um grupo de acadêmicos reuniu-se para estudar a reestruturação do mundo que se desenvolvia a partir da superação do socialismo real representado pela queda do muro de Berlim sob a perspectiva da segurança internacional e os desafios que se colocavam para os países da região sul das Américas.

Por meio da associação entre o Programa de Investigação Forças Armadas e Sociedade (PRIFAS) e o GEDES, com financiamento da Fundação Atocha (Argentina) e Vitae (Brasil) os membros dessa associação realizaram a pesquisa “Novas Ameaças: dimensões e perspectivas”³, que redundou na compreensão do fenômeno dos novos desafios que se impunham à região Sul-Americana, na avaliação das novas funções das suas forças armadas, das relações da região com os EUA e entre si. Foi desta primeira experiência de cooperação que nasceu outro projeto, neste caso envolvendo mais duas instituições, respectivamente do Chile e do Uruguai, e que até hoje está em funcionamento, agora reunindo extensão e pesquisa, o Observatório Defesa e Forças Armadas.

O Observatório de Defesa e Forças Armadas produz resenhas semanais a partir da consulta aos grandes jornais dos países envolvidos, disponibilizando os informes nacionais por meio do envio dos mesmos por correio eletrônico para uma série de assinantes, entre os quais se encontram autoridades governamentais e diplomáticas, acadêmicos e empresários. Os informes começaram a ser divulgados em meados de 2002.

No mesmo ano de 2002, foi implantada a graduação nas Relações Internacionais na UNESP, *campus* de Franca. Além da inexistência de estrutura para o funcionamento do curso, faltava espaço para o desenvolvimento dos alunos. Foi assim que teve início o projeto originário do *Observatório de Política Exterior*. Em um primeiro momento, foi implantado *pari passu* ao Observatório de Defesa e Forças Armadas, mas, na medida em que se institucionalizava, distanciava-se de seu “irmão mais velho”.

Pensado como uma forma de expandir e internacionalizar o curso, ele se transformou em uma referência em extensão e pesquisa na área das Relações Internacionais. Iniciado por uma pequena equipe de alunos de graduação do curso de Relações Internacionais, o *Observatório de Política Exterior* ampliou-se para incorporar

³ Como resultado dessa pesquisa, foram publicados, respectivamente em português e castelhano: Mathias, S.K. & Soares, S.A. (orgs.) **Novas Ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Sicureza, 2003; López, E. & Sain, M.S. (comp.) **Nuevas Amenazas: dimensiones y perspectivas**. Dilemas y desafios para la Argentina y el Brasil. Quilmes: UNQui, 2004.



outros países, atualmente contando com a colaboração de Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

Poder-se-ia objetar que a produção do OPEx não representa uma novidade, pois o próprio ministério das Relações Exteriores brasileiro produz e divulga resenha de notícias em política externa⁴. No entanto, tal veículo, por ser produzido pelo governo, não busca a objetividade, marca indelével da produção científica e, como se verá em seguida, a metodologia é completamente diferente da metodologia do OPEx, corpo de funcionários preparados para reconhecer e divulgar as notícias que tratam de Política Externa. Ademais, a própria maneira de definir a política externa é particular ao OPEx, isto é, nos seus informativos pode-se encontrar notícias diferentes daquelas mencionadas pelo MRE dos países que o promovem. É justamente nesta sua tentativa de objetividade, bem como de entender a Política Externa como tendo dois braços, a diplomacia (ou diálogo) e a defesa (ou a guerra em última instância) como próprias de sua lida cotidiana, que transformou o OPEx em uma referência para a informação nas Relações Internacionais, especialmente por intermédio do seu Informe Semanal.

Proposta

Pode-se dizer que a proposta do *Observatório de Política Exterior* tem dois momentos, particularmente em seus Informes [Semanal](#) e [Mensal](#). No primeiro, o OPEx objetiva divulgar, de forma concisa, as notícias de política externa de cada um dos países que, no caso aqui descrito, diz respeito à Política Externa Brasileira. No segundo momento, seu objetivo é avaliar como são veiculadas as notícias de Política Externa para o público em geral, o que permitirá ter tanto a visão da própria imprensa (qual o destaque dado ao tema?), analisar as diferenças entre os jornais diários e a mídia impressa mensal (quais as diferenças no tempo e de ponto de vista da imprensa nacional?) e também conhecer e acompanhar a Política Externa dos países envolvidos no projeto – seus temas prioritários, a conduta política do governo nesta área, etc.

A principal finalidade do OPEx é a criação de um serviço de documentação com informações selecionadas e organizadas completo o suficiente para sustentar não apenas a informação sobre o tema, mas a investigação acadêmica e dar embasamento para a formulação e decisão na área de política externa. Também se pretende produzir uma rede que conte com a participação de centros acadêmicos do Mercosul ampliado (Argentina, Paraguai e Uruguai, somando-se a Venezuela, que se encontra em processo de adesão, Bolívia e Chile), de forma a expandir e democratizar a informação em política externa, que foi iniciada por meio de contato com a Universidade de Rosário (www.bdp.org.ar/facultad/rrii) – o primeiro centro superior da América Latina a oferecer curso superior nas Relações Internacionais. A expansão para os vizinhos do Brasil tem sido bem sucedida, como se pode comprovar pelas instituições que atualmente são parceiras deste projeto:

⁴ Também os Ministérios militares, bem como o da Defesa, produzem informativos a respeito das notícias veiculadas pela imprensa a respeito dos assuntos de suas pastas. No entanto, estas são bastante diferentes das que podem ser vistas no Observatório de Defesa e Forças Armadas.

- Argentina: Cátedra de Política Internacional Argentina, Escuela de Relaciones Internacionales, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Rosario;
- Chile: Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile.
- Paraguai: Secretaría de Información y Comunicación para el Desarrollo de la Presidencia de la República (SICOM);
- Uruguai: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Unidad Multidisciplinaria (UM) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UdelaR).

O projeto do *Observatório de Política Exterior* foi idealizado para produzir quatro tipos de documentos cujo teor de informação e fontes de pesquisa é diferenciado.

O primeiro deles, o Informe Semanal, tem por objetivo monitorar e agrupar as notícias sobre política externa divulgadas por jornais de grande circulação dos países já envolvidos no projeto (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). Os textos do Informe se assemelham a notas jornalísticas, informando de forma rápida, objetiva e concisa as medidas referentes à política externa tomadas pelos governos de cada um dos países envolvidos. Este informe, no caso do Brasil, é produzido preferencialmente por alunos de graduação.

O Informe Mensal tem como fonte de pesquisa as revistas semanais de grande circulação, as quais trazem reportagens de maior fôlego e por vezes de cunho analítico. Além de monitorar as notícias divulgadas e o destaque dado por esses veículos de comunicação às medidas de política externa adotadas pelo governo, o informe mensal tenta identificar as críticas feitas pelas revistas, sejam elas favoráveis ou não. Tal análise se faz importante já que as revistas são veículos formadores de opinião com muito mais alcance que a imprensa diária, particularmente hoje, quando muitos sequer leem os jornais em sua forma escrita, preferindo consultar as notícias na sua forma eletrônica – conforme pesquisa realizada em 2004 pela ABI.

Em um segundo momento, as ações de política externa relatadas nas reportagens publicadas por esses periódicos são analisadas à luz das teorias e conceitos de relações internacionais. O informe mensal é produzido preferencialmente por alunos do último ano de graduação e por pós-graduandos, devido à necessidade de maior conhecimento na área, pois este informe, diferente do semanal, tem característica analítica.

Um terceiro produto é constituído pelos Informes trimestrais, que se destinam à síntese das matérias abordadas durante o período divulgadas nas fontes adotadas para a pesquisa, nos quais são avaliados os desdobramentos das ações de governo para a política externa brasileira. Da mesma forma que o informe mensal, a responsabilidade desta produção é do coordenador da pesquisa, que discute com os envolvidos no informe mensal o material já veiculado pelos demais informativos para a produção de um texto cujo objetivo é, antes que informar sobre as notícias de política externa, analisar como tais notícias são veiculadas e avaliadas pela imprensa corrente. Por isso, a divulgação será, prioritariamente, por meio de publicações eletrônicas periódicas já consagradas como, por exemplo, pela *Brazilian Political Science Review*.



O último tipo de documento produzido consiste nos chamados Dossiês. Estes não têm uma periodicidade fixa, mas são elaborados sempre que um fato internacional de grande vulto envolve diretamente os países que são parte do OPEX. São produzidos preferencialmente pelos relatores responsáveis pelos OPEX nacionais e tem por objetivo, além da análise mesma das notícias de política externa veiculadas sobre o assunto, divulgar o trabalho do grupo em encontros acadêmicos. O primeiro Dossiê foi sobre a política dos países envolvidos no OPEX para o Haiti.

De forma indireta, o trabalho realizado pelo OPEX, os seus diversos produtos, podem subsidiar também trabalhos que avaliam a imprensa de cada um dos países que o produzem. Em outras palavras, além de ser um veículo de informação sobre política externa, pode ser também fonte para a análise de como a imprensa de cada país se comporta diante de seus governos e dos temas internacionais, apontando para a importância dada aos temas que regem a sociedade mundial e seu impacto nas sociedades nacionais.

Como objetivos gerais do projeto, podem-se se citar:

1. Prestar informações gratuitas e de livre acesso, facilitando o conhecimento de dados selecionados e organizados sobre Política Externa Brasileira;
2. Estimular o desenvolvimento da área de Relações Internacionais na academia, com incentivo à pesquisa e ao estudo de Política Externa Brasileira;
3. Por meio da disponibilidade de informações, fortalecer o interesse da comunidade em geral pelo acompanhamento das políticas públicas, em especial aquelas da área de relações internacionais;
4. Difundir uma cultura democrática e de paz que promova a resolução pacífica de conflitos na área de política externa. Neste caso, a própria forma como o OPEX é produzido, contando com o auxílio de todos e buscando valorizar a posição de cada um de seus colaboradores, estimula a cooperação entre seus membros e a busca pelo diálogo e o convencimento como melhor arma para chegar a um objetivo, no caso específico, a produção de um informativo sobre Política Externa.

Já como objetivos específicos do Observatório de Política Externa Brasileira, podem-se mencionar:

- 1) Reunir informações disponibilizadas na imprensa aberta sobre Política Externa Brasileira;
- 2) Sistematizar informações sobre Política Externa Brasileira;
- 3) Veicular informação sobre Política Externa Brasileira para instituições e pessoas interessadas;
- 4) Avaliar como a imprensa escrita noticia temas de Política Externa Brasileira;
- 5) Analisar quais as prioridades governamentais na Política Externa Brasileira;
- 6) Criar base de dados que permita aos interessados consultar e acompanhar temas relacionados à Política Externa Brasileira.

Metodologia

O *Observatório de Política Exterior* – Informe Semanal – tem por objetivo informar seus assinantes e público em geral sobre política externa dos países do Cone Sul. Para tanto, utiliza como fonte jornais impressos de grande circulação nacional desses países. Como a metodologia de trabalho é a mesma em todos os países parceiros, passar-se-á a descrever o caso brasileiro, uma vez que foi a partir da experiência desenvolvida pelos alunos do curso de Relações Internacionais da UNESP campus Franca e coordenado pela Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias que o projeto tomou corpo e se difundiu para os outros países.

O Observatório de Política Externa Brasileira tem como fonte de pesquisa os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Os graduandos das Relações Internacionais se responsabilizam por um dia específico na semana, no qual fazem a leitura completa dos três jornais, procurando identificar notícias de política externa, a partir dos conceitos aprendidos tanto em sala de aula como dos estabelecidos previamente pelo professor orientador. Nesta pesquisa, são desconsiderados os editoriais dos jornais, as colunas de análise e opinião e as entrevistas.

Após identificar a notícia, o aluno deverá destacar as informações do fato noticioso e tentar responder a seis perguntas básicas (O que? Quem? Onde? Como? Quando? Por quê?), as quais fazem parte da estrutura do lide, parágrafo inicial do texto jornalístico que tem por finalidade situar o leitor em relação ao assunto tratado em uma reportagem. De posse dessas informações, o aluno deverá construir, com suas próprias palavras e utilizando-se do padrão formal da língua, um texto objetivo, claro e conciso (no máximo 15 linhas), que informará sobre a essência da notícia veiculada no jornal. O aluno deve ficar atento para a ocorrência de informações desconstruídas ou complementares trazidas pelos jornais em notícias referentes a um mesmo assunto. Ao final de cada resumo, são colocadas as referências dos jornais em que se publicaram as notícias que deram origem ao resumo, seguida do caderno do jornal e da data.

Ao final da pesquisa e da elaboração dos resumos, num prazo que não pode exceder a 24 horas, o aluno deve enviar um arquivo digital com os resumos ao aluno seguinte na escala da semana para que este repita o mesmo processo. O observando (nome dado àquele que pesquisa os jornais e produz o resumo) que recebe os resumos deve lê-los e só então proceder sua pesquisa, procurando ficar atento para possíveis continuidades dos fatos noticiosos já relatados pelo colega que o antecedeu. Caso isso ocorra, ele deverá agregar ao resumo já iniciado as novas informações trazidas pelos jornais no seu dia de pesquisa. Este processo é repetido até o último dia da escala semanal, quando se fecha o informe.

O conjunto de resumos passa, então, por uma revisão coletiva na qual se efetua a correção de texto, a fim de verificar e garantir maior imparcialidade e objetividade possível para o informe, e a fim de verificar se as notícias selecionadas atendem aos critérios estabelecidos e são realmente de política externa.

O informe semanal revisado é enviado por e-mail para uma lista de assinantes interessados no estudo da política externa, ou seja, acadêmicos, decisores de políticas públicas, alunos de graduação nas Relações Internacionais e áreas afins, etc.

Um projeto de disseminação científica

Por se tratar de um informe de periodicidade regular e elaborado a partir de conceitos teóricos oriundos da área de Relações Internacionais, e distribuídos eletronicamente para uma carteira de assinantes que atualmente está em torno de 1600 endereços eletrônicos, o *Observatório de Política Externa Brasileira* pode ser considerado um meio disseminador e de intercâmbio de conhecimento científico.

De acordo com [Wilson Bueno \(1988\)](#), a disseminação científica é a transmissão de uma pesquisa ou estudo feito por um cientista ou grupo de pesquisa para seus pares, por meio de periódicos especializados, e ao contrário da divulgação científica, que visa facilitar o entendimento do público leigo sobre assuntos científicos, utilizando-se de uma “tradução” da linguagem acadêmico-científica para uma linguagem mais próxima do cotidiano do leitor, a disseminação científica se utiliza de jargão próprio de cada especialidade.

[Authier-Revuz \(1998, p. 109\)](#) avalia o ato de divulgação científica como um processo de reformulação implícita, no qual um texto original é traduzido para uma versão que o substitui tão completamente em uma linguagem mais próxima ao cotidiano do leitor e que só se percebe que ele é um texto que deriva do original, se o autor deixar isso explícito no texto, seja ao se referir a ele de maneira direta, seja de maneira mais discreta, por meio de uma nota de rodapé. No caso específico do *Observatório Política Externa Brasileira*, esse processo ocorre de maneira semelhante no que diz respeito à reformulação, só que neste caso, a linguagem jornalística das fontes, acessível ao público em geral é “traduzida” para a linguagem e dados acadêmicos. A reformulação se torna explícita devido às referências que se faz ao final de cada resumo, aos jornais, aos cadernos e às datas onde as notícias foram encontradas.

A possibilidade de reformulação do texto jornalístico em texto acadêmico comprova o que afirma [Orlandi \(2008, p.111\)](#): “Um texto [...] é sempre um conjunto de formulações entre outras possíveis [...]”. O autor constrói o seu texto e ordena suas idéias de acordo com seu conhecimento, produzindo efeitos de coerência, não contradição, progressão e fim.

Esse processo de tradução e reformulação no caso da metodologia empregada no *Observatório de Política Exterior* remete à questão da autoria. A autoria dos resumos é feita de modo coletivo, apagando em alguma medida, a subjetividade, visto que o resultado é um texto negociado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão universitária *Observatório de Política Exterior* ao atender à definição elaborada durante o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e às Resoluções da UNESP referentes à extensão, caracteriza-se como projeto de extensão desenvolvido por alunos de graduação e pós-graduação do Curso de Relações Internacionais daquela universidade.

Desde 2004, constitui-se em um informativo que contribui para a construção de um pensamento autóctone para a análise de política externa, lacuna percebida na área de Relações Internacionais, presente no Brasil a partir de 1974. Os informes digitais produzidos são fruto de um texto coletivo que propicia o trabalho em grupo e a cooperação.

Um dos aspectos mais importantes e não antecipado desde o início do OPEX diz respeito a como este projeto, além de servir à extensão e à pesquisa, representa um grande instrumento pedagógico. Embora não constitua um Programa de Educação Tutorial (PET), funciona como um, pois é um exemplo para aqueles que dele fazem parte no que se refere a como será sua atuação profissional, ao mesmo tempo em que os informa sobre sua escolha acadêmica.

Conforme buscou-se mostrar ao longo deste texto, embora o campo das Relações Internacionais esteja em pleno crescimento, ainda não é prioritário na academia brasileira. Por isso, um projeto como o OPEX representa mais uma oportunidade para a expansão do conhecimento e a participação discente nesta matéria.

Por ser um projeto de redação coletiva, também contribui para a percepção do conhecimento como algo coletivo e democrático, contribuindo para atitudes acordadas na solução de problemas coletivos, facilitando o diálogo pela ampliação do conhecimento e da participação em projetos que pertencem a todos, como entendemos ser o caso do Projeto OPEX. É pela sistemática adotada para a preparação dos informes que se pode dizer que o OPEX-Brasil é também um instrumento de difusão do diálogo, do consenso e, por conseguinte, da paz.

Referências

[AUTHIER-REVUZ](#), J. A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica. In: _____. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução Claudia Pfeiffer et. al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998. p. 107-125.

[BUENO](#), W. C. **Jornalismo científico no Brasil**: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: CJE, ECA, USP, 1988.

[INEP](#) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>> Acesso em: 19 maio 2010.

[JULIÃO](#), T. S. A formação de quadros e a produção de conhecimento: elementos para a (re)construção da história social da área de Relações Internacionais no Brasil. In: ISA - ABRI JOINT INTERNATIONAL MEETING DIVERSITY AND INEQUALITY IN WORLD POLITICS, 22-24 July 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2009.



LESSA, A. C. A evolução recente dos estudos e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n. 75, abr. 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=12&id=98>. Acesso em: 19 maio 2010.

MIYAMOTO, S. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, São Paulo, n. 20, p. 103-114, 2003. Disponível em: http://www.pucsp.br/ri/downloads/artigos_reportagens_ensino_ri.pdf. Acesso em: 19 maio 2010.

ORLANDI, E. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2001

ROUQUIÉ, A. **Os partidos militares no Brasil**. São Paulo, Record, [19--?].

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Extensão Universitária. **Guia da extensão universitária da UNESP**. 2. ed. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/proex>. Acesso em: 19 maio 2010.

VIZENTINI, P. F. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: SARAIVA, J. F. S.; CERVO, A. L. (Org.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. pp.17-31.

ANEXOS

– [Informe de Política Externa Brasileira](#) –

Nº 257

21/05/10 a 27/05/10⁵

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;
Mestres em Relações Internacionais (Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP): André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento;
Mestrados em História (UNESP, Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP); Adriana Suzart de Pádua;
Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Beatriz Flório Pereira, Bruna Hunger Ribeiro (bolsista CNPq), Camila Cristina Ribeiro Luis, Celeste de Arantes Lazzarini (Bolsista PROEX), Felipe Garcia Moreira, Fernanda Nascimento Marcondes Machado, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida (bolsista CNPq), Raphael Camargo Lima, Sarah Machado.

Lula criticou posição do Conselho de Segurança sobre o Irã

No dia 20 de maio, em Brasília, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o acordo celebrado com o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, foi uma contribuição ao multilateralismo que deveria ser considerada por todas as nações. Lula declarou que as discussões com o Irã não são facilmente realizadas e afirmou também que, apesar de ser criticado por alguns países, o Irã cumpriu com suas obrigações e realizou negociações. Todavia, Lula questionou se os países do Conselho de Segurança agirão da mesma forma e cumprirão com suas promessas. No dia 24 de maio, Brasil, Irã e Turquia entregaram uma carta na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O

⁵ No dia 23 e 24 de maio, não houve notícias relacionadas à Política Externa Brasileira.



ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declarou que o ceticismo quanto ao acordo é infundado. A opinião do chanceler brasileiro foi reiterada pelo assessor especial da presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, o qual afirmou que a posição brasileira não foi formulada levemente e não representa desrespeito aos Estados Unidos (Correio Braziliense – Mundo – 22/05/2010; Correio Braziliense – Mundo – 25/05/2010; Folha de S. Paulo – 21/05/2010; Folha de S. Paulo – Mundo – 22/05/2010; Folha de S. Paulo – Poder – 25/05/2010; O Estado de S. Paulo – 21/05/2010).

Brasil foi julgado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA

No dia 20 de maio, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) iniciou o julgamento do Brasil frente a acusações de violação dos Direitos Humanos no combate à guerrilha do Araguaia durante o regime autoritário brasileiro. No dia 21, o Brasil, representado pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, defendeu a lei de Anistia de 1979 e também a decisão do Supremo Tribunal Federal de não rever tal lei. O julgamento foi encerrado neste mesmo dia e a Corte iniciará o processo de análise da anistia brasileira, determinando a compatibilidade com os padrões internacionais fixados pelo tribunal referente a outros países (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/05/2010; Folha de S. Paulo – Brasil – 22/05/2010).

Unasul obteve mudanças nas regras para combater doenças na OMS

No dia 21 de maio, os países que integram a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) conseguiram que a Organização Mundial da Saúde (OMS) inicie estudos de novos mecanismos financeiros para pesquisa de doenças recorrentes em países em desenvolvimento, como dengue e malária. Segundo o ministro da Saúde do Equador, David Chiriboga, que representou a Unasul na OMS, os grupos farmacêuticos preferem investir no combate ao câncer e outras doenças presentes em países desenvolvidos em detrimento daquelas que ocorrem nos demais países (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/05/2010; O Estado de S. Paulo – Vida & - 22/05/2010).

Brasil e Turquia enviaram carta aos membros do Conselho de Segurança

No dia 21 de maio, Brasil e Turquia, membros temporários do Conselho de Segurança das Nações Unidas, enviaram uma carta aos outros treze membros do organismo em uma tentativa de evitar a aprovação de novas sanções contra o Irã. Na carta, os dois países afirmaram que o acordo celebrado com as autoridades iranianas permitirá a criação de um ambiente positivo, construtivo e de não-confrontação, possibilitando o diálogo. Brasil e Turquia enfatizaram, ainda, a necessidade de priorizar as negociações para uma resolução pacífica da questão (O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/05/2010).

Brasil negociou acordo com UE sobre voos internacionais



No dia 25 de maio, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, assinou o protocolo de dois acordos entre Brasil e a União Europeia. O primeiro se refere à domesticização de voos internacionais, permitindo que um avião parta do Brasil e prossiga por várias cidades da Europa. Da mesma forma, permite que empresas europeias voem de qualquer país do bloco para o Brasil. O segundo acordo estabelecerá o reconhecimento mútuo dos certificados de navegabilidade e segurança emitidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e os expedidos pelo órgão regulador europeu. De acordo com o ministro, o acordo será finalizado em novembro (O Estado de S. Paulo – Economia – 26/05/2010).

Lula enviou carta a EUA, França e Rússia sobre Irã

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou cartas aos presidentes Barack Obama, dos Estados Unidos, Nicolas Sarkozy, da França e Dimitri Medvedev, da Rússia. Nelas, Lula alertava que novas sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas colocariam a perder a oportunidade aberta pela Declaração de Teerã de uma solução negociada para a questão nuclear iraniana. As mensagens respondiam à carta de Obama enviada a Lula no fim de abril, na qual deixou claro que não abriria mão das sanções a menos que o Irã interrompesse o enriquecimento de urânio imediatamente (Folha de S. Paulo – Mundo – 26/05/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/05/2010).

Mantega se reuniu com diretor do FMI

No dia 26 de maio, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, reuniu-se com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn. O ministro declarou que, durante o encontro, propôs a criação de um programa de retomada do crescimento para os países europeus em crise, pois, além do ajuste fiscal, seria necessário criar possibilidades de aumento da produtividade (Folha de S. Paulo – Mercado – 27/05/2010).

– [Informe de Política Externa Brasileira](#) –

Março – 2010

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais VEJA, Carta Capital, pelo periódico mensal Le Monde Diplomatique Brasil e pelos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, mais especificamente seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de



posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de se identificar as diferentes percepções dessa política de Estado.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;
Mestrandos em História (UNESP, Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP); Adriana Suzart de Pádua;
Graduandos em Relações Internacionais: Bruna Hunger Ribeiro (bolsista CNPq), Celeste de Arantes Lazzerini (Bolsista PAE-Santander), Fernanda Nascimento Marcondes Machado.

As atenções dos periódicos analisados voltaram-se, no mês de março, para dois eixos temáticos principais: a relação do Brasil com países do Oriente Médio, cujo ponto alto, foi a tentativa de mediação do conflito entre Israel e Palestina e a integração sul-americana.

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi interpretada de maneiras opostas pelas revistas VEJA e Carta Capital. A primeira demonstrou claramente sua oposição à política implementada pelo atual presidente da República, em todos os aspectos e dimensões desta. A crítica à agenda do presidente a classifica como equivocada e fracassada. Ao que parece, Lula tentou aproveitar outras experiências bem sucedidas onde freqüentemente fora apresentado como portador da paz, como ele mesmo se definiu ao afirmar que trazia com ele o vírus da paz. No entanto, no Oriente Médio, os esforços do mandatário pareceram insuficientes, mostrando que a contenda neste local é algo mais complexo e que exige melhor preparo e cautela diplomática.

É neste ponto que a revista tece sua crítica. Ao fazê-la, indica que os aspectos que mais contribuíram para o fracasso da viagem foram a falta de equilíbrio na agenda de atividades do presidente, que demonstrou maior aproximação à causa palestina, desagradando, assim, o lado judaico, e a tentativa de aproximar o Irã das negociações, fato rejeitado por ambos os lados do conflito.

Ao final do relato, a revista indica, ainda que indiretamente, que a visita de representantes políticos brasileiros ao Oriente Médio, no que se refere especificamente do conflito histórico, é algo acima da capacidade e relevância política do Brasil no sistema internacional, principalmente quando existem grandes potências, como os Estados Unidos, envolvidas há muito mais tempo.

De fato, para além das críticas ideológicas que vêm sendo feitas pela revista, claramente oposicionista ao atual governo, a viagem do presidente e assessores ao Oriente Médio e seus poucos e indesejados resultados revela uma falha na formulação e condução das agendas e discursos. A preferência brasileira pela causa palestina, como pareceu ter sido demonstrada, juntamente com a sugestão de trazer o Irã às negociações de paz entre Israel e Palestina põe em questionamento a neutralidade brasileira, abrindo



um precedente para críticas por parte da comunidade internacional, classificando a ação brasileira como uma tentativa de interferir em questões internas de outros países.

De outro lado, a revista Carta Capital defendeu a visita do presidente à região, e lembrou que nenhum chefe de Estado brasileiro havia marcado presença na antiga terra de Canaã desde o imperador Pedro II. Lula também foi o primeiro chefe de Estado estrangeiro a pernoitar no território palestino.

Em sua visita, o presidente condenou o terrorismo, defendeu a existência de Israel, condenou a negação do Holocausto por Ahmadinejad, mas também defendeu o direito do Irã a um programa nuclear e o direito dos palestinos a um Estado soberano viável. Além disso, ele criticou a colonização israelense de Jerusalém Oriental, e pediu a eliminação das armas nucleares do Oriente Médio. Durante sua passagem, Lula também participou da inauguração da Rua Brasil em Ramallah (onde está a sede da Autoridade Palestina), homenageou os túmulos de Yitzhak Rabin e Yasser Arafat, assim como as vítimas do Holocausto.

Segundo a revista, o presidente brasileiro não se deixou intimidar pelos seus anfitriões e levou a mensagem que ele próprio, Lula, e o sistema internacional consideram importante aos seus interlocutores tanto em Israel, quanto na Palestina e no Irã, fazendo o papel de ponte. Tal atitude, formulada pelo Itamaraty contribui para a projeção internacional do Brasil, aumenta seu peso geopolítico e o revela como jogador global importante.

Ainda em relação à viagem da comitiva brasileira ao Oriente Médio, a revista traz a visita que o Ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, fez ao Irã no início do mês de março, em busca de uma parceria na fabricação de radiofármacos (medicamentos que contêm elementos radioativos usados no tratamento do câncer). Tal parceria é importante, pois quebra a dependência do Brasil em relação ao Canadá, país de quem atualmente, importa esses medicamentos. Além disso, há interesse do Brasil nas áreas de energia nuclear, radioterapia e medicamentos que auxiliam no combate à AIDS, já que o Irã conseguiu grandes avanços nesse sentido.

O segundo eixo temático trata da integração regional sul-americana e é foco de atenção de dois editoriais do jornal O Estado de S. Paulo e do periódico mensal Le Monde Diplomatique Brasil. O primeiro fato marcante tratado em um dos editoriais é a retomada das negociações entre MERCOSUL e União Europeia para estabelecer um acordo de livre comércio paralisado em 2004, devido a posicionamentos protecionistas de ambos os lados e por desacordo dentro do MERCOSUL entre Brasil e Argentina em relação às concessões feitas pelos brasileiros ao bloco europeu.

Os dois blocos optaram por flexibilizar suas ofertas objetivando a finalização das negociações até o fim de 2010. De um lado, o MERCOSUL propõe reduzir os prazos para abertura do mercado de produtos industriais, e do outro, o bloco europeu passaria de 14 para 3 os produtos agrícolas com importações limitadas por cotas. Além disso, MERCOSUL e União Europeia eliminariam os impostos cobrados sobre vários produtos agrícolas processados.

Ainda sobre o MERCOSUL, Brasil e Argentina buscam estabelecer parceria para aumentar a presença de produtos brasileiros e argentinos mais elaborados no mercado



chinês. Atualmente, os países sul-americanos exportam para a potência oriental apenas produtos básicos, como mercadorias agrícolas e minérios. Apesar da busca conjunta pelo novo parceiro comercial, Brasil e Argentina, no âmbito do MERCOSUL, não conseguem eliminar as barreiras comerciais que viabilizariam o comércio intra-bloco.

Os dois editoriais fazem críticas à conduta protecionista e ao mesmo tempo complacente do Brasil dentro do MERCOSUL. Ambas as condutas dificultam a integração regional sul-americana bem como a projeção do bloco internacionalmente, pois atrasam a obtenção de resultados positivos durante as negociações.

O governo brasileiro parece ainda não ter encontrado um ponto de equilíbrio entre fazer concessões pragmáticas que viabilizem o funcionamento do MERCOSUL enquanto bloco econômico regional que proporcione vantagens comuns a seus associados, e aquelas das quais se utiliza, quase que paternalmente, para manter a liderança regional. Se por um lado isso surte algum efeito entre os seus vizinhos, é preciso entender que negociações com blocos maiores e mais antigos como a União Europeia ou mesmo potências emergentes de grande apelo econômico como a China pedem um comportamento mais objetivo e “profissional”.

Um último editorial do O Estado de S. Paulo critica a insistência brasileira em apoiar o programa nuclear iraniano e condenar nova rodada de sanções a serem impostas a esse país pelos Estados Unidos e União Europeia por meio do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O jornal caracteriza a atitude brasileira como anacrônica visto que atores como Estados Unidos mostram-se dispostos a “abrandar o seu projeto - cuja versão original falava em cortar o acesso do Irã aos mercados financeiros globais e fechar o espaço aéreo internacional a voos iranianos de carga - para obter a adesão da Rússia e da China a algum tipo de sanção. O outro movimento, menos perceptível, é a tendência chinesa a finalmente admitir o princípio da punição ao Irã para levá-lo a desistir da ambição de se tornar uma potência atômica, desde que os castigos a serem infligidos não prejudiquem a economia do país”.

O comportamento brasileiro, tão criticado pela imprensa, de não adesão às sanções impostas ao Irã pelos principais atores da sociedade internacional justifica-se porque ele mesmo, o Brasil, quer ter o direito de manter e levar adiante seu programa nuclear, sem sofrer ingerência de outros países e a fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Caso o governo brasileiro apóie as sanções à Teerã, além de perder um parceiro estratégico com quem pode efetuar troca de tecnologia em diversas áreas, como a de medicamentos, visto acima, ainda abre precedentes para que sofra fiscalizações e sanções no futuro.

A edição de março do Le Monde Diplomatique Brasil dedica duas matérias à análise dos rumos do processo de Integração sul-americana. Considerando que a crise financeira e econômica internacional representa uma tensão no próprio sistema capitalista, ambas as visões direcionam-se para entrever neste momento a oportunidade e a necessidade de construção de um projeto de desenvolvimento econômico de integração como alternativa à estagnação econômica que se apresenta. Isto se deveria ao movimento de reconfiguração geopolítica regional que – verificado pela análise do processo de mudança boliviano em voga e identificação de seus traços comuns com



outros processos de mudança, bem como pela constatação de que diversos resultados eleitorais da região direcionam-se no mesmo sentido de “governos progressistas ou de esquerda” –, prometeria uma nova estratégia conservadora de integração regional para fazer frente às iniciativas anteriores neste novo contexto. Ademais, ao citar a promoção do Seminário sobre a Integração da América do Sul pelo Centro Internacional Celso Furtado em setembro de 2009, constata-se uma mobilização em torno do potencial econômico da América do Sul, no âmbito de um projeto de integração regional que privilegie, inicialmente, a expansão dos mercados de produtos e serviços próprios, constituindo uma base firme para um projeto integrado de melhoria das condições de vida de seus povos. Neste sentido, mesmo que considere ainda haver obstáculos importantes, como a da combinação narcotráfico-guerrilha, argumenta-se que é necessária a cooperação e que, diante dessas circunstâncias políticas favoráveis e do processo de formulação de uma estratégia de integração social e produtiva no Brasil e em outros países sul-americanos, se deve priorizar para o alcance deste objetivo a definição de interesses comuns entre as majorias nacionais e regionais, sem pretensões de unicidade ideológica.

Ao analisar a questão das negociações sigilosas do Acordo Comercial Anti-pirataria (Acta), o jornal expõe o posicionamento de resistência por parte de países “como Argentina, Brasil, Índia e China” a acordos deste gênero, que ameaçam a democratização da cultura, educação e comunicação internacionais, julgados de se ajustarem às necessidade dos países do Norte.

Por fim, no encarte intitulado de “Dossiê Haiti”, do Caderno de Estudos Latino-Americanos, que analisa o impacto do terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, sob uma perspectiva histórica de exploração, abandono e racismo, há duas referências ao Brasil. Uma delas indireta, ao criticar a atuação da Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti (MINUSTAH), da qual o Brasil faz parte, e de outras organizações internacionais como ineficientes e algumas vezes omissas. E outra diretamente, referindo-se à importância do Haiti para a política interna de três países, entre eles o Brasil, ao citar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva utiliza este relacionamento como reforço de sua política externa e aos vínculos culturais e afro-americanos que unem os países.

A partir da análise dos jornais e revistas citados acima, nota-se que, no mês de Março, a política externa brasileira voltou suas atenções para uma tentativa de mediação de conflitos no Oriente Médio, além de um interesse de cooperação com o Irã, tendo em vista ganhos tecnológicos na produção de medicamentos.

Houve também avanços no âmbito do MERCOSUL no que se refere às negociações de abertura comercial com a União Europeia. Ainda dentro do bloco, o Brasil, juntamente com a Argentina, tenta expandir as mercadorias exportadas à China. Em contrapartida, uma postura protecionista do Brasil no MERCOSUL atrasa a integração regional sul-americana.